
**“SÓ TEM QUE TER CORAGEM E DENUNCIAR”:
FEMINICÍDIO NO TELEJORNALISMO, PODER PASTORAL E
PEDAGOGIA MIDIÁTICA**

***“YOU JUST NEED TO BE BRAVE AND REPORT IT”:
FEMINICIDE IN TELEJOURNALISM, PASTORAL POWER AND
MEDIA PEDAGOGY***

JÚLIA CAVALCANTI VERSIANI DOS ANJOS

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: O presente trabalho discute o tema da mídia como dispositivo pedagógico de subjetividades femininas, com o objetivo de analisar, mais especificamente, o modo como profissionais do jornalismo e autoridades jurídico-policiais buscam, por meio do discurso em matérias jornalísticas sobre feminicídio, conduzir mulheres vítimas de violência a uma atuação considerada por eles como ideal. A análise do discurso de inspiração foucaultiana serve como guia metodológico de exame das matérias do corpus, o qual é composto por reportagens de telejornais da Rede Globo, veiculadas entre 2018 e 2020. Como parte do arcabouço teórico, o artigo propõe um diálogo com contribuições de Foucault sobre a modalidade pastoral de poder, especialmente no que diz respeito às técnicas de confissão e exame de si, e como essas ferramentas são aplicadas na mídia, gerando normas sobre modos de ser e estar no mundo. No percurso de análise, observa-se que os repórteres, nas matérias analisadas, se posicionam como autoridades capazes de identificar erros na conduta das mulheres, repreendê-las, e também indicar o melhor caminho a se seguir. Falando sobre as mulheres vítimas de violência, eles dirigem-se à coletividade feminina com uma função eminentemente pedagógica, (re)construindo a própria subjetividade da vítima ideal.

Palavras-chave: Pedagogia midiática; poder; subjetividade; feminicídio; telejornalismo.

Abstract: This paper discusses the topic of the media as a pedagogical device for female subjectivities, with the aim of analyzing, more specifically, how journalism professionals and legal-police authorities seek, through the discourse in news articles about femicide, to lead women victims of violence to act in a way considered to be ideal. The Foucauldian-inspired Discourse Analysis serves as a methodological guide for examining the articles in the corpus, which consists of news reports from Rede Globo, broadcasted between 2018 and 2020. As part of the theoretical framework, the article proposes a dialogue with Foucault's contributions on the pastoral modality of power, especially with regard to the techniques of confession and self-examination, and how these tools are applied by the media, generating norms about ways of being and existing in the world. Throughout the analysis, it is observed that the reporters, in the analyzed news articles, position themselves as authorities capable of identifying errors in a women's conduct, reprimanding them, and also indicating the best path to follow. Speaking about women who are victims of violence, they address the female community with an eminently pedagogical function, (re)constructing the very subjectivity of the ideal victim.

Keywords: Media pedagogy; power; subjectivity; femicide; TV news.

“Só tem que ter coragem e denunciar”: Feminicídio no telejornalismo, poder pastoral e pedagogia midiática | Dos Anjos

Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, v. 16, 2024

1 INTRODUÇÃO

“Bibbidi-bobbidi-boo!”, diz a fada madrinha de Cinderela, enquanto transforma abóbora em carruagem, ratinhos em cavalos e trapos em um lindo vestido, acompanhado de sapatinhos de cristal. A solução para a tristeza de Cinderela por não poder ir ao baile surgiu como mágica: no momento em que tudo parecia perdido e a mocinha chorava inconsolável, apareceu a fada madrinha para converter seu sonho em realidade. A figura dos ajudantes, salvadores ou protetores dos protagonistas é primordial em qualquer boa história, e assim também ocorre nas narrativas jornalísticas da contemporaneidade.

Como o fim do sofrimento da vítima é enxergado nas narrativas jornalísticas atuais? Quem exerce a função de protetor? Quais são as formas e normas indicadas para o enfrentamento do Mal e vitória do Bem? Investigando questões como essa, o presente trabalho tem como objetivo analisar narrativas telejornalísticas sobre o tema do feminicídio, com foco em observar quais soluções são apresentadas às vítimas de violência, sobretudo por meio dos especialistas consultados pelas reportagens.

Para analisar essa questão, examino, neste trabalho, notícias, entrevistas e reportagens da Rede Globo, entre 2018 e 2020, cujo título contenha o termo “feminicídio”. O acesso a estes materiais se deu pela plataforma Globoplay, que disponibiliza, na íntegra, todos os conteúdos visuais da TV Globo e afiliadas.

Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa mais amplo (Anjos, 2023) que se debruça sobre uma amostra de mais de mil reportagens e notícias, analisando os diversos efeitos de sentido produzidos pelo discurso jornalístico sobre o tema do feminicídio. O recorte do corpus se iniciou com triagem das matérias a partir de análise dos títulos, considerando a pertinência para a análise – uma vez que o título representa o recorte de conteúdo que a própria equipe do telejornal julgou relevante destacar sobre a matéria.

A partir de uma compreensão do jornalismo como um lócus privilegiado de produção de sentidos sobre feminicídio, em que saber e poder se articulam, a Análise

do Discurso de inspiração foucaultiana foi a metodologia selecionada. Nesta metodologia, os discursos não são tratados como meros conjuntos de signos, isto é, elementos significantes que representam o real de forma neutra e que servem apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento do sujeito. Em vez disso, a linguagem enquanto discurso é lugar de disputa, de exercício de poder, um modo de produção social – inclusive produção subjetiva –, isto é, são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008, p. 55).

Nesse processo, não está em jogo a exigência de que os meios de comunicação realizem uma suposta representação absolutamente fiel da realidade do feminicídio – isso não seria possível, já que toda representação é feita de algum lugar, necessariamente parcial. A análise, em vez disso, terá o condão de identificar de onde fala este discurso e que verdades sobre feminicídio ele constrói, eventualmente contrapondo-as a outros modos de entender o tema.

A reflexão sobre o feminicídio apresentada ao longo do trabalho parte do princípio de que essa é uma forma extrema de violência de gênero, isto é, “violência misógina contra mulheres por serem mulheres situadas em relações marcadas por desigualdade de gênero” (Lagarde, 2010, p. xxii, tradução livre)¹. Deste modo, o fenômeno não deve jamais ser separado de seu contexto social, e não pode de maneira alguma ser atribuído ao comportamento da vítima. De acordo com a perspectiva da teórica mexicana Marcela Lagarde, o feminicídio é um crime evitável, isto é, passível de prevenção com políticas públicas adequadas.

Vale notar que é extremamente comum que mulheres passem anos presas em um círculo vicioso de um relacionamento violento do qual não conseguem sair e, ao não receberem ajuda e vivenciarem uma intensificação das agressões ao longo do tempo, a situação de violência acaba resultando em um feminicídio².

¹ No original: “Gender violence is misogynist violence against women for being women situated in relationships marked by gender inequality”.

² Mais informações em: CICLO da Violência. **Instituto Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 18/09/2024.

Diante desse cenário, no percurso de análise, observou-se que os repórteres, ao invés de cobrarem a responsabilidade do Estado, se posicionam como autoridades

capazes de identificar erros na conduta das mulheres, repreendê-las, e também indicar o melhor caminho a se seguir. Falando sobre as mulheres vítimas de violência, eles dirigem-se à coletividade feminina com uma função eminentemente pedagógica.

Mais especificamente, há uma profusão de enunciações discursivas no sentido do incentivo ao ato de denúncia por parte da vítima: a mulher que sofreu violência deveria, segundo esse discurso, ter como sua principal orientação depositar sua confiança no aparelho jurídico-policial. A partir de um olhar foucaultiano, é possível considerar que essa formação discursiva, embora possa parecer simples ou óbvia, não se trata de algo natural ou necessário, mas sim faz parte de um processo de construção de verdade que diz sobre redes de saber e poder.

Nesse sentido, o artigo traz contribuições de Foucault sobre a modalidade pastoral de poder: técnicas voltadas para os indivíduos e destinadas a regê-los de maneira contínua e permanente, entre as quais se destaca a confissão e o exame de si (Foucault, 2006, 2014).

Além disso, seguindo a trilha de Fischer (1997), o trabalho discute a mídia como dispositivo pedagógico de subjetividades, que incita os indivíduos a um discurso sobre si mesmos, à revelação constante de si e ao aprendizado sobre modos de ser e estar no mundo, por meio da prática cotidiana de consumir produtos televisivos, que organizam ideais a serem atingidos pelos sujeitos.

O artigo examina, portanto, como autoridades jurídico-policiais e os profissionais do jornalismo, em coro, buscam conduzir as mulheres à atuação considerada correta. Neste caminho, eles (re)constroem, também, a própria subjetividade da vítima ideal.

2 “COMO AGIR EM CASO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”: MANUAL MIDIÁTICO DA VÍTIMA IDEAL

A matéria “Mulher se finge de morta para escapar de agressor e sobrevive à tentativa de feminicídio”, do Meio Dia Paraná – Curitiba,³ assim como muitas outras, contém uma entrevista com uma autoridade policial e um imperativo para denúncia. Aqui, há uma celebração da atuação policial, a qual serve, de acordo com a linha argumentativa da reportagem, como um incentivo para que mulheres se sintam encorajadas a denunciar. O curioso é que essa reportagem narra um crime que aconteceu em 2010 e apenas teve resolução (entendida como a prisão do agressor) em 2019. Ou seja, o fato de que o feminicida ficou foragido por quase dez anos não impede que a atuação da autoridade policial seja exaltada e que o dever de ação seja direcionado às vítimas.

A repórter Andressa Almeida passa a palavra para o delegado encarregado em Curitiba, Tito Lívio Barichelo, que inicia sua fala exaltando a atuação do órgão que representa no combate a crimes de ódio contra a mulher: “Trata-se de um crime gravíssimo. A DHPP [Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa] [está] combatendo a misoginia”. O profissional, em seguida, conta detalhes e a cronologia do caso.

A repórter o ouve por um minuto ininterrupto e, então, intervém para questionar: “então por isso é importante as mulheres continuarem denunciando, né? Nesse caso, provavelmente, a vítima já tinha tido algum desentendimento, o homem já tinha algum sinal...”. O delegado responde fornecendo alguns dados sobre o alto índice de feminicídios e se posiciona: “isso tem que acabar”. Em seguida, dá sua opinião de qual seria “a única forma” para que esse crime acabe:

(...) a única forma de acabar é com a polícia civil atuando, prendendo, e com vocês, a imprensa livre, divulgando. Cabe às mulheres, então, quando sofrer qualquer tipo de ameaça, de lesão, mesmo que leve, procurarem uma delegacia da mulher para que o delegado tome ciência e que esse crime não

³ MULHER se finge de morta para escapar de agressor e sobrevive à tentativa de feminicídio. **Meio Dia Paraná – Curitiba**, 30/07/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7804067/>

se perfaça posteriormente em um homicídio porque esses crimes são progressivos. As pessoas que praticam esse ilícito contra a mulher eles iniciam com uma pequena lesão corporal, uma ameaça e vão progredindo a partir do momento que encontram a falta de barreira do Estado (Mulher..., 2019).

É interessante notar que, na fala do delegado, cria-se um cenário em que a procura da mulher pela autoridade policial e a tomada de ciência dessa autoridade sobre o crime será necessariamente um divisor de águas. Nas reportagens analisadas nesta pesquisa, é constante a promessa às mulheres de que, se elas procurarem a delegacia, seus problemas logo terão solução. Essa visão dos fatos, contudo, comumente não encontra guarida na realidade – como ocorre, inclusive, no caso narrado na própria reportagem acima, em que o agressor ficou quase dez anos foragido da polícia, com um mandado de prisão em aberto.

A difusão dessa crença já seria problemática por ser potencialmente uma falsa promessa que gera frustração e indica falsos caminhos para a resolução de um problema que está longe de ser resolvido. Apresenta, ainda, outra consequência: vista como verdade, torna difícil compreender por que as mulheres não denunciam. Se há uma solução facilmente disponível às mulheres, por que elas não buscam por ela? O problema é que esta ideia está baseada em uma falsa premissa, uma percepção equivocada da realidade acerca do potencial de solução do sistema criminal e da capacidade de acolhimento às vítimas (Andrade, 2007). Como, porém, se apresenta como Verdade a noção de que há um caminho simples e fácil à disposição das vítimas, então, se o problema persiste, elas passam a ser o problema.

É assim que, ao narrar o caso em que um homem cometeu uma tentativa de feminicídio e ficou quase dez anos foragido, o trabalho da polícia é exaltado, e o ônus de atuação mais vigorosa é colocado em direção às vítimas. Ao final do conteúdo, a repórter Andressa Almeida reforça: “a gente insiste: a mulher tem que denunciar”, e o apresentador Jasson Goulart complementa: “tem que denunciar e prestar atenção no sintoma”.

Em outro exemplo da amostra, veiculado pelo Bom Dia GO⁴, a delegada Cybelle Tristão insiste: “a mulher precisa entender que é apenas com a denúncia que a polícia poderá investigar, a polícia poderá representar pela prisão daquele agressor”. Ela toma, então, a liberdade de se dirigir ao público feminino, com as seguintes palavras: “espero que as mulheres que estão assistindo realmente possam criar coragem, acreditar na polícia, nós estamos aqui para defendê-las. A impunidade vai começar a partir do momento em que elas não denunciarem”.

Observamos, então, que, embora peça a confiança das mulheres e diga que quer defendê-las, a profissional diminui suas dificuldades a uma questão de falta da coragem (como se fosse um defeito de sua personalidade) e ainda culpabiliza as vítimas por um problema complexo (a impunidade), negando qualquer tipo de responsabilidade de sua corporação. A atuação da polícia é apresentada como absolutamente efetiva, ileso de qualquer tipo de crítica – o problema está nas mulheres, a partir do momento em que elas não agem como é esperado.

Na reportagem “Feminicídio em SC: 80% dos casos a vítima tinha uma relação com o autor”, do Bom Dia Santa Catarina,⁵ ficou evidente como, em muitos casos, o juízo de valor negativo em relação às vítimas transparece justamente no momento da intervenção do jornalista diante de um dado concedido pela autoridade policial. Ao mencionar um levantamento feito pela Polícia Civil sobre os casos de feminicídio no Estado, a reportagem deu destaque a um dado específico, entre tantos: “um número preocupante, viu: apenas 13,3% das vítimas tinham registrado um boletim de ocorrência anteriormente noticiando violência doméstica contra o autor do homicídio”, diz o repórter Eduardo Prestes. Segundo ele, esse dado “traz essa questão da necessidade de fazer um boletim de ocorrência, de fazer a denúncia quando há alguma violência doméstica, traz esse alerta às mulheres para que não sejam coniventes com esse tipo de violência”.

⁴ DELEGADA da Mulher comenta sobre aumento de casos de feminicídios em Goiás. **Bom Dia GO**, 03/09/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6991735/>

⁵ FEMINICÍDIO em SC: 80% dos casos a vítima tinha uma relação com o autor. **Bom Dia Santa Catarina**, 23/10/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8975624/?s=0s>.

Na reportagem “Delegada fala sobre feminicídio e como agir em caso de violência doméstica”, do CETV 2ª Edição,⁶ chamou atenção, logo nos primeiros momentos do material, o fato de que a vítima nunca havia prestado queixa contra o agressor, embora tivesse sido agredida e ameaçada por ele anteriormente. Primeiro, o apresentador Paulo Ernesto pronuncia esse julgamento, que, posteriormente, é reforçado pela repórter Lorena Tavares: “Apesar das discussões e das constantes ameaças, a vítima nunca havia registrado uma denúncia na delegacia, nenhum boletim de ocorrência, e isso é um erro grave que as mulheres não podem fazer”. Supostamente preocupados com o bem-estar de outras mulheres que estão assistindo, os jornalistas se sentem confortáveis para julgar a conduta de uma mulher que foi assassinada, apontando nela um “erro grave”.

O mesmo acontece na notícia “Número de casos de feminicídios aumenta no DF”, do Bom Dia DF,⁷ em que o âncora Guilherme Portanova entrevista Marcelle Figueira, apresentada como pesquisadora, e a pergunta: “não existe uma certa tolerância exagerada, muitas vezes, das mulheres?”. A entrevistada busca apresentar outro ponto de vista, explicando que é uma questão complicada e que a relação vai se tornando abusiva aos poucos.

O que se observa, de um modo geral, é que não há cerimônia alguma por parte dos jornalistas em indicar erros na conduta dessas mulheres violentadas. Se ela jamais denunciou, é “conivente”, “tolerante”. Mesmo se ela denunciou, entretanto, ainda não está imune de julgamentos: “ela demorou!”. É exatamente o que diz a repórter Mônica Teixeira, enquanto se aproxima da casa de uma vítima para entrevistá-la, na notícia “Defensoria Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio”⁸, do RJ2 (FIG. 1):

Demorou. Depois de quinze anos sofrendo agressões do então marido a Solange conseguiu criar forças e coragem para sair de casa e mudar essa história. A mulher frágil e dependente descobriu que a experiência dela poderia ajudar outras mulheres. E hoje a Solange tem força de sobra para encorajar quem ainda tá vivendo o que ela conseguiu deixar pra trás (Defensoria..., 2020).

⁶ DELEGADA fala sobre feminicídio e como agir em caso de violência doméstica. **CETV 2ª Edição**, 17/02/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8358252/?s=0s>

⁷ NÚMERO de casos de feminicídios aumenta no DF. **Bom Dia DF**, 20/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6592891/programa/?s=0s>.

⁸ DEFENSORIA Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio. **RJ2**, 06/03/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8379849/?s=0s>.

FIGURA 1:

Repórter opina sobre a conduta de vítima de violência, na reportagem “Defensoria Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio”.



Fonte: Foto de tela registrada pelo Anjos a partir da reportagem do RJ2 (Defensoria..., 2020).

Após emitir juízo de valor sobre o tempo de que a vítima precisou para sair do ciclo da violência, a repórter também afirma que Solange seria uma “mulher frágil e dependente” que “conseguiu criar forças e coragem”. Neste ponto de vista, toda a resistência de quinze anos vivendo em uma realidade de tortura física e psicológica é desconsiderada. Não é aventada a possibilidade de que aguentar tanto tempo vivendo em um cenário tão duro e não desistir já é uma demonstração de forças. Enxerga-se apenas o momento a partir da denúncia como corajoso, menosprezando-se sua luta pessoal até aquele momento. Além de invalidar toda a história pregressa da mulher, essa narrativa representa o ponto de virada como um passe de mágica, que veio do nada. A “força” e a “coragem” simplesmente brotaram de Solange, após quinze anos de fraqueza.

Esse modo de apresentar a questão também ignora um fato muito importante – que, inclusive, foi citado na própria reportagem, ao afirmar que 1 em cada 3 agressões acontece justamente quando a mulher percebe os problemas do relacionamento e tenta sair deste, porém o homem não aceita. Não se trata, portanto, de mero medo infundado, fragilidade, dependência, falta de coragem e de força: muitas vezes, a violência ocorre exatamente quando a mulher tentou agir.

“Só tem que ter coragem e denunciar”: Feminicídio no telejornalismo, poder pastoral e pedagogia midiática | Dos Anjos

Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, v. 16, 2024

Outro ponto importante, também mencionado no material, é o indicado por Flávia Nascimento, Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública: ela afirma que só há dois centros estaduais para cuidar da questão da violência doméstica, e ambos têm uma equipe muito reduzida. Na ausência de uma rede de apoio e assistência, opina ela, não é surpresa que a mulher acabe desistindo.

Essas observações, contudo, não impedem que a reportagem apresente a questionável noção de que “falta coragem” às vítimas. Assim como em outros casos da amostra, parece que estamos falando de duas reportagens diferentes que não dialogam entre si, mas foram justapostas mesmo assim. Se falta apoio e recursos, e se muitas das mulheres são agredidas quando tentam sair do relacionamento, então como se pode insistir que o problema está na atitude ou personalidade das vítimas? E, mais importante: ainda que fosse verdade, insistir neste fato é a melhor solução comunicativa? Como naturalizamos que podemos chamar uma mulher de fraca por ela ter dificuldade em passar por uma situação de violência? A repórter Mônica Teixeira, como foi dito, afirma diretamente em frente à entrevistada que ela era uma mulher frágil (FIG. 2).

FIGURA 2:

Repórter diz que vítima de violência era frágil e agora “tem força de sobra” na reportagem “Defensoria Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio”.



Fonte: Foto de tela registrada por Anjos a partir da reportagem do RJ2 (Defensoria..., 2020).

Como se não bastasse, ao final, a apresentadora do programa, Ana Luíza Guimarães, opina, erguendo o dedo indicador: “Ter coragem de procurar ajuda é fundamental” (FIG. 3).

FIGURA 3:

Apresentadora opina sobre suposta falta de coragem das vítimas na reportagem “Defensoria Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio”.



Fonte: Foto de tela registrada por Anjos a partir da reportagem do RJ2 (Defensoria..., 2020).

A indelicadeza dos “conselhos” dos repórteres e sua contradição com os próprios fatos narrados também está presente na reportagem “Em todos os casos de feminicídio em São Luís, a mulher não procurou a polícia”, do JMTV 2ª edição⁹. O repórter Alex Barbosa conta a história de uma mulher anônima, chamada de Maria, que recebe em casa a Patrulha Maria da Penha: “ela foi casada por 15 anos, cansou de apanhar, e denunciou o ex-companheiro”. “Cansou de apanhar” – é dessa maneira que o repórter descreve o complexo processo de tomada de consciência da mulher. No depoimento, a mulher de fato menciona ter “se cansado”, mas sua fala se concentra na questão da agressão psicológica: “eu decidi procurar a polícia porque eu tava cansada de sofrer. Eu tava cansada de ser agredida... psicologicamente. Tava cansada de todos os dias, ao chegar em casa, ser tratada como um lixo, como um nada”.

⁹ EM TODOS os casos de feminicídio em São Luís, a mulher não procurou a polícia. **JMTV 2ª Edição**, 19/08/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7855754/?s=0s>.

Em seguida, a reportagem relembra outro caso em que uma mulher havia requerido medida protetiva contra um homem e chamou a polícia quando ele tentou se aproximar. Uma vez flagrado descumprindo a regra de não chegar perto da moça, foi preso naquele momento. “Isso porque a mulher já tinha procurado a polícia e a Justiça. Mas nem sempre isso acontece”, diz Alex Barbosa, com expressão de desaprovação (FIG. 4).

FIGURA 4:

Repórter faz expressão de desaprovação na notícia “Em todos os casos de feminicídio em São Luís, a mulher não procurou a polícia”.



Fonte: Foto de tela registrada por Anjos a partir da reportagem do JMTV 2ª Edição (Em Todos..., 2019).

As mulheres que fizeram a denúncia, então, são colocadas como um modelo a ser seguido: “a Maria sabe que poderia ter virado estatística se não tivesse procurado a polícia a tempo”. A mulher em questão também fala nesse sentido, dirigindo-se a outras: “você só tem que ter coragem e denunciar. Não se calar. Fazer valer a lei”. Neste caso, é importante observar como a própria mulher internalizou a ideia de que era fraca e desprovida de coragem. Ela confessa diante do repórter e do público a sua falha e, então, encoraja outras mulheres a ouvirem o “chamado” dessa mítica “coragem”, que supostamente brota nas mulheres que fazem uma denúncia, não antes.

Além do problema de se colocar todo o peso e necessidade de atuação em direção à vítima e em sua tão falada “falta de coragem”, a reportagem desconsidera que, por vezes, mesmo após a denúncia e a concessão de medida protetiva, a questão não está magicamente resolvida. Isso fica comprovado pelo próprio material citado: ao

“Só tem que ter coragem e denunciar”: Feminicídio no telejornalismo, poder pastoral e pedagogia midiática | Dos Anjos

Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, v. 16, 2024

final do VT, a apresentadora do programa informa que o homem citado como tendo sido preso em flagrante pelo descumprimento de uma medida protetiva, na verdade, foi liberado, pois o documento estava vencido. A jornalista informa, ainda, que a vítima havia tentado renovar a medida, porém seu pedido ainda estava pendente de análise. Ou seja, a equipe é confrontada com o fato de que a solução para o problema não é tão fácil como costumam afirmar. A complexidade foi deixada para os últimos momentos: passando quase despercebida, é apenas brevemente mencionada. O tempo de reportagem se encerra antes que se possa buscar a falha em outro local que não o comportamento da vítima.

Apontar para a atuação da vítima como problema facilita que se possa encontrar uma possível solução para o complexo desafio da violência de gênero. Os telejornais se propõem a ensinar às mulheres como elas deveriam se comportar, e seguindo este caminho, a questão estaria resolvida ou prestes a resolver-se. Segundo essa linha de raciocínio, a solução não é nem ao menos complexa – costuma ser representada como algo simples e fácil. É o caso da reportagem “Casos de feminicídio alertam para importância da denúncia”, do PITV¹⁰. “Uma ligação, só 3 números, 190, poderia salvar 1, 2, 3 ou mais vidas”, afirma o repórter Marcos Prado, enquanto assistimos a imagens de uma pessoa fazendo a ação descrita por ele (FIG. 5).

¹⁰ CASOS de feminicídio alertam para importância da denúncia. **PITV 2ª Edição**, 13/04/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8479605/?s=0s>.

FIGURA 5:
Reportagem “Casos de feminicídio alertam para importância da denúncia” busca incentivar ligações ao disque-denúncia.



Fonte: Foto de tela registrada por Anjos a partir da reportagem do PITV (Casos..., 2020).

Embora o telejornal se dirija, aqui, ao público em geral, não às vítimas em específico, há uma simplificação da questão, que parte do princípio de que existe toda uma estrutura de apoio absolutamente pronta e efetiva, apenas esperando um telefonema. O enunciado existe em uma realidade em que não faltam políticas públicas, faltam apenas pequenos passos por parte da população – mais especificamente, das vítimas de violência.

3 CONFISSÃO TELEVISIONADA E O DISPOSITIVO PEDAGÓGICO DA MÍDIA

Nas reportagens analisadas, chamou a atenção o fato de que os repórteres se colocam como autoridades capazes de identificar erros na conduta das mulheres, repreendê-las, e também identificar o melhor caminho a se seguir. Nesta formação discursiva, ainda que o machismo social e a maldade dos agressores sejam mencionados, as enunciações se voltam à mulher, entendendo-a como responsável pela situação, no todo ou em parte.

“Só tem que ter coragem e denunciar”: Feminicídio no telejornalismo, poder pastoral e pedagogia midiática | Dos Anjos

Mais do que isso: muitas vezes, o relato sobre essa suposta “má conduta” vem por meio de um testemunho da própria mulher. Não basta que o repórter diga; ela deve admitir que foi fraca e que não agiu corretamente. E, claro, deve aconselhar outras mulheres a não serem como seu eu anterior, mas sim seguirem os passos da mulher que renasceu após ver a luz.

O ponto crucial é que se busca indicar um caminho a ser seguido e, embora a mulher seja colocada como protagonista neste ato, a solução para seus problemas envolve algo fora dela, algo que estava faltante. Este algo, costumeiramente chamado de “coragem” nas reportagens, aparece como mágica no momento em que a mulher decide depositar a confiança no aparelho jurídico-policial.

O ato de bravura, portanto, está relacionado a uma transformação fascinante, em que se vence um estado de medo, fazendo brotar uma tenacidade que estivera ausente. Mas, sobretudo, está imbricado em um ato de entrega a uma autoridade. Essa autoridade não erra – mesmo quando há indícios de um equívoco, a culpa retorna para a mulher de qualquer modo – e exerce o poder, associado a um saber, de direcionar a conduta da vítima. O que for falado, é lei absoluta, costuma ser repassado pelos repórteres como verdade inquestionável, e a vítima que não se encaixa nestes parâmetros se torna o problema.

O cenário de predomínio do ato de confissão e de confiança em uma autoridade máxima para guia de uma conduta nos faz recordar a discussão de Foucault sobre governo de condutas e a modalidade pastoral de poder. Segundo o autor, antes de adquirir um caráter político em sentido estrito a partir do século XVI, a palavra “governo” cobria um amplo domínio semântico, podendo se referir ao movimento em um espaço, ao cuidado de um médico com um indivíduo e a dieta prescrita a este, ou ao controle exercido de um sujeito sobre si ou sobre outros, sobre o corpo, a alma e o comportamento (Foucault, 2009).

Ainda segundo o pensamento foucaultiano, a origem da ideia de um governo dos sujeitos pode ser procurada na organização do que ele chama de uma modalidade pastoral de poder: técnicas voltadas para os indivíduos e destinadas a regê-los de maneira contínua e permanente (Foucault, 2006).

Essas tecnologias de poder estão, como o nome sugere, em direta relação com a emergência da moral cristã e o ideal de relação entre Deus como pastor e seu rebanho de fiéis. O laço entre o pastor e seu rebanho é de submissão pessoal, calcado em um ideal de obediência como virtude e como um estado permanente.

O poder do pastor se exerce sobre seu rebanho – mais especificamente, um rebanho que está em movimento e que precisa ser guiado nesse processo. Esse poder é definido como benevolente: sua razão de ser é fazer o bem e seu objetivo é a salvação do rebanho. E, apesar de se preocupar com o rebanho como um todo, o pastor também exerce o controle de condutas de maneira individualizante: nenhuma ovelha lhe escapa. Ele conta as ovelhas periodicamente para garantir que todas continuam lá e, se necessário for, vai atrás do membro desgarrado, como conta a parábola do Evangelho.

Para promover a direção de consciência e o governo das almas, a pastoral cristã lança mão de práticas como o exame detalhado da consciência e a confissão das faltas e pecados mais escondidos da alma.

O exame da consciência teria um propósito maior do que o mero cultivo da consciência de si: ele permitia que a ovelha se abrisse inteiramente para seu diretor, até as profundezas da sua alma: “Só se examinará a própria consciência para dizer ao diretor o que se tem feito, o que se é, o que se experimentou (...) quer dizer, examina-se a consciência para melhor marcar e fixar mais firmemente a relação de subordinação ao outro” (Foucault, 2009, p. 182, tradução livre).

A direção de consciência tornava o laço entre pastor e rebanho permanente: a ovelha não se deixa conduzir apenas para ultrapassar determinado obstáculo, ser guiada se torna seu estado permanente. Se não fosse pelo pastor, ela estaria fatalmente perdida. Aparece, então, no pensamento cristão, um laço entre conhecimento de si, confissão ao outro e obediência total que era alheio às civilizações anteriores (Foucault, 2006).

O ato de confissão apresenta algumas características notáveis, analisadas por Foucault (2014). Primeiro, o fato de que há um custo, um esforço nessa enunciação: como é a passagem do não dito para o dito, do segredo à revelação, daí decorre justamente o seu valor. É importante que, antes de falar, o indivíduo tenha não falado,

evitado, escondido. A revelação, quando vier, será dita com vergonha, humilhação, nervosismo. Ela implica uma renúncia, uma perda de resistência ao confessor. O confessando renuncia sua posição de sigilo, acaba por dizer aquilo que não queria e aceita, então, que o outro exerça poder sobre ele. Desse modo, a confissão apenas existe em uma relação de poder, e justamente permite o exercício desse poder.

Ainda assim, será necessariamente um ato livre: não se trata de produzir uma constatação ou de extorquir uma informação, mas de provocar no indivíduo um ato de engajamento. Quando finalmente se confessa, se está prometendo ser aquilo que se diz. Assim, produz-se uma nova qualificação para o sujeito, mudando sua relação com o fato confessado e com aqueles a sua volta. O criminoso que confessa seu crime, por exemplo, não é julgado do mesmo modo que aquele que ficou em silêncio e teve seus atos descobertos de outra forma. Podemos acrescentar que, de maneira semelhante, a mulher que confessa que foi vítima de violência passa a ser dotada da qualificação de “corajosa”, enquanto as demais são diminuídas como fracas e coniventes com a violência.

De maneira resumida, então, Foucault define a confissão como “um ato verbal através qual o sujeito afirma quem ele é, liga-se a essa verdade, coloca si mesmo em uma relação de dependência em relação a outro, e modifica ao mesmo tempo sua relação consigo mesmo” (2014, p. 17, tradução livre) . Não à toa, esta passa a ser uma das técnicas mais altamente valorizadas para produção de verdade. Essa peculiar modalidade de discurso não ficou confinada aos tempos do cristianismo antigo, mas sim difundiu seus efeitos de maneira cada vez mais ampla na sociedade contemporânea:

Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda. (...) na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se (Foucault, 1999, p. 59)

É importante lembrar que a modalidade pastoral de poder não desapareceu com o desenvolvimento de outras formas de governamentalidade – ao contrário, há uma intensificação, extensão e aumento de eficiência ao longo do tempo: “não houve uma transição do pastorado religioso para outras formas de conduta, condução ou direção. Na verdade, houve uma intensificação, aumento e proliferação geral desta questão e dessas técnicas de conduta” (Foucault, 2009, p. 231, tradução livre)¹¹. O poder pastoral foi deslocado, transformado e integrado a outros dispositivos de poder.

Nas matérias aqui analisadas, a relação que os jornalistas e as autoridades policiais buscam criar com as mulheres vítimas de violência lembra elementos da modalidade pastoral de poder: no trajeto entre a situação de violência e a vida ideal que lhe é prometida, a mulher deve se submeter a essa autoridade que a guiará, e precisa fazer tudo o que lhe for dito. Os profissionais que se colocam nessa posição de guia estão sempre “contando suas ovelhas”: observando quais e quantas mulheres se afastam de seus mandamentos e buscando fazê-las retornar para perto de si, tudo em busca de uma “salvação”.

Além disso, nas narrativas, o ato de confissão está fortemente presente, em um duplo movimento: tanto a confissão da vítima para o repórter sobre sua história e seus erros, quanto aquela direcionada para a autoridade policial. Nos dois casos, existe um estado prévio de não-dito, de resistência ao discurso por parte da mulher, que é absolutamente abominado seja pelos jornalistas, seja pelos membros da polícia e da justiça. Porém essa etapa de silêncio fortalece o valor do momento de revelação, que é exaltado.

Logo, elogia-se a força da mulher em fazer a denúncia, mas este movimento pode ser entendido como uma transferência de jurisdição sobre a mulher: ela deve se rebelar contra os desmandos masculinos, porém perder a resistência em relação ao domínio jurídico-policial. Há, portanto, um incentivo à autonomia feminina, mas, ao mesmo tempo, uma ideia de que ela é, em seu estado anterior, fraca e faltante, e que não

¹¹ No original: “So there was not a transition from the religious pastorate to other forms of conduct, conduction, or directing. In fact there was an intensification, increase, and general proliferation of this question and of these techniques of conduct”.

conseguirá sucesso sem entregar-se ao seu dirigente. Se não fosse pelo pastor, ela estaria fatalmente perdida. Essa contraposição entre autonomia e obediência não chega a ser uma contradição, uma vez que, como ensinou Foucault (2014), o exame de consciência e a confissão que representam uma subordinação caracterizam-se, ao mesmo tempo, como um ato de engajamento livre, e daí retiram seu valor.

Apesar de ser, de fato, importante que a vítima de violência busque ajuda, vale refletir sobre como se dá e como é visto este momento de passagem do não dito ao dito. Foucault ressalta que a confissão não deixa de ser um exercício de poder e, nas matérias analisadas, fica evidente que há um desejo não simplesmente para que a mulher procure auxílio, mas sobretudo para que ela se coloque totalmente à disposição das autoridades e siga à risca tudo o que lhe é aconselhado, ou não conseguirá a redenção. Em outras palavras: a salvação aparece vinculada à submissão por meio da fala e a uma obediência total à autoridade. Em algumas enunciações, é colocado, inclusive, que não basta um ato de fala apenas: é preciso manter-se em uma relação de subordinação com esse dirigente, seguindo novas ordenações que surgirem. E a mulher será exaltada apenas conforme se subordine a essas recomendações.

O discurso midiático se torna, então, um espaço que instiga as mulheres a se submeterem a este itinerário de salvação e ensina o caminho das pedras para chegar a tal ápice de segurança. E, como vimos, o processo está intimamente relacionado à subjetividade da mulher: de “fraca” e “conivente” com a violência, ela deve passar a “corajosa”, reconhecendo seus “erros” e aprendendo a confiar na autoridade devida, que a salvará.

Nesse sentido, torna-se interessante observar como os jornalistas se empenham em um discurso pedagógico que, em última medida, colabora para produzir determinadas subjetividades femininas consideradas ideais. Para isso, é interessante apontar a análise o conceito de “dispositivo pedagógico da mídia”, concebido por Fischer (2002) com base nas noções de “dispositivo de sexualidade” e de “modos de subjetivação”, de Michel Foucault. A autora entende que a mídia (e, particularmente, a televisão) opera na constituição de subjetividades na sociedade contemporânea, na medida em que produz e reproduz imagens, significações e saberes que de alguma

forma se dirigem à “educação” das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem.

Vale lembrar que, neste aporte teórico, a mídia não é vista como entidade todopoderosa que age unilateralmente, coagindo os sujeitos a pensarem de determinada maneira totalmente distinta do que fariam em condições normais. Entende-se, ao contrário, que, neste processo de comunicação da TV, estão em questão múltiplas e complexas forças. É fato, contudo, que a televisão se apresenta como um lócus pulsante de produção, reprodução e circulação de uma série de valores e representações.

Nesta compreensão sobre a mídia como dispositivo pedagógico e produtora de subjetividade, também é preciso analisar o modo foucaultiano de se compreender o sujeito e a formação de subjetividade. De fato, este é um dos cerne do trabalho de Foucault: “meu objetivo (...) foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (Foucault, 1995, p. 231). O autor chega a afirmar que, ao contrário do que se pensa, seu objeto de estudo não é o poder, mas o sujeito. Seu modo de pensar o sujeito foi o que direcionou seu olhar para o estudo de relações de poder, uma vez que se entende que a subjetividade não é uma substância a-histórica, fixa e imutável: é, ela própria, uma variável histórica, social e cultural. Assim, a subjetividade pode ser compreendida como um modo de ser e estar no mundo, em que é fundamental a relação do próprio sujeito consigo, engendrada a partir das possibilidades e necessidades colocadas por redes de saber e poder em determinado tempo.

Dizer que a subjetividade não existe como essência, mas se conforma a partir de relações de força não significa que é algo imposto externamente e que não há liberdade possível ao sujeito. Afinal, como defendeu o autor em uma conhecida citação, se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer “não”, seria bem menos efetivo e obedecido (Foucault, 1979). O poder, então, não é, em si mesmo, violência, é “um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável” (Foucault, 1995, p. 243). Neste modo de pensar, poder e liberdade não se opõem, ao

contrário, são mutuamente constitutivos: “o poder é exercido somente sobre sujeitos livres” (ibid., p. 244). Trata-se, também, de ressignificar a liberdade não como um estado que ocupamos, mas como uma prática de navegar as relações de poder (Taylor, 2018). Essa produção de nossa subjetividade também é feita, inclusive, por nós mesmos e, como também ensina Foucault (1999), onde há poder, há resistência. Assim, “nós assumimos e ocupamos as posições de sujeito que o nosso contexto nos disponibiliza: sujeitos não são apenas feitos, nós nos fazemos” e, então, também podemos “desfazer a nós mesmos, ou fazer-nos diferentemente” (Taylor, 2018, p. 17), desenvolvendo novos modos alternativos de pensamento e existência e manejando as normas e os valores da sociedade de novas maneiras.

Conforme a perspectiva teórica adotada, então, enxergar a mídia como dispositivo pedagógico significa voltar a análise para questões que se relacionam a maneiras de subjetivação. Estas tomam a forma de “uma incitação ao discurso sobre si mesmo, à revelação constante de si e uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem” (Fischer, 2002, p. 155). A autora define dispositivo pedagógico da mídia como um modo de formar, de constituir sujeitos sociais, através da prática cotidiana de produzir e consumir produtos televisivos (Fischer, 1997).

Neste sentido, a televisão busca afirmar-se como lugar primordial para educar e fazer justiça: promove-se investigações de fatos e ensina-se “como fazer” diversas tarefas, desde as mais cotidianas até mudanças mais consideráveis no campo familiar ou econômico. Segundo Fischer (2002, 1997), algumas peculiaridades do meio televisivo colaboram para a construção deste cenário, como a autorreferência (o modo como a TV fala de si mesma através de diferentes produtos); a repetição e mesmo redundância (imagens e estruturas que retornam, propiciando identificação e um senso de tranquilidade, e que ainda conseguem atingir, em algum momento, mesmo o espectador disperso); a busca de legitimação das verdades por meio do discurso de autoridade de especialistas, unido ao relato do repórter que se expressa de maneira mais didática, com vocabulário simplificado (que pode ser entendido como um

menosprezo à capacidade cognitiva do espectador); e, por fim, a inclusão crescente da voz das “pessoas comuns” tornando públicas suas vidas privadas.

Os produtos televisivos, com suas peculiaridades, participam de uma organização dos ideais a serem atingidos por cada tipo de sujeito, e uma das maneiras privilegiadas pelas quais essa divisão social de papéis e expectativas se exerce é por meio do gênero. Não à toa, formas e normas de feminilidade são constantemente reforçadas, polemizadas, imaginadas, defendidas ou desencorajadas pela cultura, através dos programas de TV.

Fischer (2001) nota que o dispositivo pedagógico da mídia, especialmente da televisão, produz formas particulares de subjetivação da mulher, especialmente no que diz respeito a definir o feminino como “um ‘diferente’ que deve ser tornado público e controlado, numa tensão permanente entre universais de gênero secularmente preservados e rupturas que buscam afirmar-se como resistência” (2001, p. 597). Diante desta observação, a autora indica a necessidade de que pensemos novas estratégias para educar ou comunicar sem necessariamente regular plenamente o Outro. É uma provocação interessante que certamente se demonstra urgente ao longo da análise do presente trabalho, em que, com a suposta boa intenção de mostrar o melhor caminho para as mulheres vítimas de violência, elas são menosprezadas, vistas como fracas e até mesmo culpadas pela própria morte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho examinou notícias, entrevistas e reportagens da Rede Globo, entre 2018 e 2020, cujo título contenha o termo “feminicídio”, com foco em observar quais soluções são apresentadas às vítimas de violência, sobretudo por meio dos especialistas consultados pelas reportagens.

Foi identificada uma profusão de enunciações discursivas no sentido do incentivo ao ato de denúncia por parte da vítima: a mulher que sofreu violência deveria, segundo esse discurso, ter como sua principal orientação depositar sua confiança no aparelho jurídico-policial. Os enunciados existem em uma realidade em que não faltam políticas

públicas, faltam apenas pequenos passos por parte da vítima. Não há cerimônia alguma em indicar erros na conduta dessas mulheres violentadas. Se ela jamais denunciou, é “conivente”, “tolerante”. Mesmo se ela denunciou, entretanto, ainda não está imune de julgamentos: “ela demorou!”. As autoridades jurídico-policiais e os profissionais do jornalismo, em coro, buscam conduzir as mulheres à atuação considerada correta. Neste caminho, eles (re)constroem, também, a própria subjetividade da vítima ideal.

Esse cenário tornou relevante a discussão sobre as contribuições de Foucault acerca da modalidade pastoral de poder: técnicas voltadas para os indivíduos e destinadas a regê-los de maneira contínua e permanente, entre as quais se destaca a confissão e o exame de si (Foucault, 2006, 2014).

Além disso, seguindo a trilha de Fischer (1997), o trabalho discutiu a mídia como dispositivo pedagógico de subjetividades, que incita os indivíduos a um discurso sobre si mesmos, à revelação constante de si e ao aprendizado sobre modos de ser e estar no mundo, por meio da prática cotidiana de consumir produtos televisivos, que organizam ideais a serem atingidos pelos sujeitos.

Esse processo busca ensinar às mulheres a subjetividade desejada atualmente: responsável por si mesma, mas que não deixa de depositar sua confiança na autoridade legitimada.

Como vimos, a exigência da denúncia se apresenta como um duplo exercício de poder: tanto a confissão da vítima para o repórter sobre sua história e seus erros, quanto aquela direcionada para a autoridade policial. Nos dois casos, existe um estado prévio de não-dito, de resistência ao discurso por parte da mulher, que é absolutamente abominado tanto pelos jornalistas quanto pelos membros da polícia e da justiça. A mulher deve perder a resistência a seus confessores, transferindo do companheiro ao sistema jurídico-policia a jurisdição de exercício de poder sobre a mulher. Apenas a vítima que confessa a violência passa a ser dotada da qualificação de “corajosa”, enquanto as demais são diminuídas como fracas e coniventes com a violência.

Há, portanto, um incentivo à autonomia feminina, mas, ao mesmo tempo, uma ideia de que ela é, em seu estado anterior, fraca e faltante, e que não conseguirá sucesso sem entregar-se ao seu dirigente. Fica evidente que há um desejo não simplesmente para que a mulher procure auxílio, mas sobretudo para que ela se coloque totalmente

à disposição das autoridades e siga à risca tudo o que lhe é aconselhado, ou não conseguirá a redenção. Em outras palavras: a salvação aparece vinculada à submissão por meio da fala e a uma obediência total à autoridade.

Alinhada aos desígnios de nosso tempo, essa obediência é apresentada como iniciativa, responsabilização individual, força, decisão e intrepidez. Com ajuda de seu protetor, ela salva a si mesma. Porém, a exaltação dessa “mulher-coragem”, como é de praxe em sistemas de gratificação e punição, ocorre às custas das outras, vistas como fracas, faltantes, erradas. À “mulher fraca”, desprezo; à nova mulher honrada, a falsa promessa de proteção. Assim o ódio à mulher continua se fazendo presente, manifestação implacável de todas essas histórias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Soberania Patriarcal: o Sistema de Justiça Criminal no Tratamento da Violência Sexual Contra a Mulher. **DIREITO PÚBLICO**, n. 17, 2007.

ANJOS, Júlia dos. **Femicídio no telejornalismo: matriz melodramática e novos ideais femininos**. Rio de Janeiro, 2023. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 586-599, 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Educação e realidade**, v. 22, n. 2, p. 59-80, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Wrong-doing, truth-telling: the function of avowal in justice**. Chicago: The University of Chicago Press, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977–78**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Coleção Ditos e Escritos IV**. Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (Orgs.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 230-249.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

LAGARDE, Marcela. Feminist Keys for Understanding Femicide: theoretical, political and legal construction. In: FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia (Orgs.). **Terrorizing women: Femicide in the Americas**. Durham: Duke University Press, 2010.

TAYLOR, Dianna. Introdução: poder, liberdade e subjetividade. In. TAYLOR, Dianna (Org.). **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018.

SOBRE A AUTORA

Júlia Cavalcanti Versiani dos Anjos

Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Atualmente, é pesquisadora vinculada ao Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. Graduiu-se em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela ESPM. Integra o Núcleo de Estudos de Mídia, Emoções e Sociabilidade (NEMES-UFRJ). Seus interesses de pesquisa incluem estudos de gênero, emoções, violência de gênero, feminismo, mídia, tecnologias de comunicação e informação e cibercultura.

Currículo Lattes:

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9024-1267>

E-mail: julianjos@gmail.com

COMO CITAR ESTE ARTIGO

DOS ANJOS, Júlia Cavalcanti Versiani. “Só tem que ter coragem e denunciar”: Femicídio no telejornalismo, poder pastoral e pedagogia midiática. **Passagens**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 15, n. especial, p 30-54, out. 2024.

RECEBIDO EM: 30/07/2024

ACEITO EM: 31/07/2024

PUBLICADO EM: 15/10/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional